

**Notas e informações**

# O populismo estatizante

A palestra que o engenheiro Álvaro Alsogaray, ex-ministro da Economia da Argentina (governos Frondizi e Guido), proferiu em São Paulo a convite do recém-fundado Instituto Liberal de São Paulo merece profunda reflexão de todos aqueles que se preocupam com o futuro do Brasil. O ex-ministro, hoje um dos expoentes da terceira força política do país vizinho, fez questão de apontar, com fina ironia, algumas similitudes entre o que se passou em seu país sob o Plano Austral e no Brasil durante o Plano Cruzado, ressaltando que a Argentina já havia dado passos decisivos no caminho de uma possível recuperação, uma vez que, suceda o que suceder, o povo está disposto a esperar pelas eleições gerais de 1989, quando então se saberá se o ideário liberal voltou a deitar raízes no Prata. Aliás, para estabelecer comparações entre as duas situações nacionais não será necessário ir muito a fundo em qualquer análise: é só atentar para o fato de que o fenômeno estrutural que está na base de muitos dos nossos infortúnios é o mesmo: aquilo que Alsogaray, com propriedade, chama de populismo estatizante.

A análise do ex-ministro, percorrendo os 40 anos de história, durante os quais a Argentina passou de uma posição de extrema folga no setor externo (reservas de 800 milhões de dólares em 1945 — equivalentes hoje a 20 bilhões) e de indiscutível progresso social interno para outra em que a dívida externa (50 bilhões de dólares) oprime o país, que ademais se debate com problemas de difícil solução, foi lúcida. A pergunta de s. exa., ao basear as razões que levaram a Argentina a perder seu status internacional de potência, foi assaz simples: que fator teria determinado que um país com abundância de recursos (trigo, carne, petróleo, gás, minerais ainda não explorados) experimentasse tal decadência? Esse fator, para ser relevante no processo histórico, deve ser constante ao longo dos anos que vão de 1945 até hoje, estando presente no

peronismo da primeira fase, na Revolução Libertadora e nos governos civis e militares depois de 1958. Há apenas um fator permanente, uma constante no processo argentino: o populismo estatizante.

O populismo estatizante é aquele sistema econômico e político em que o Estado intervém na economia — seja se assenhoreando da propriedade dos bens de produção e troca, seja regulamentando a vida social e econômica — para fazer demagogia, comprometendo o desempenho econômico. Na Argentina, de 1945 até hoje, mudaram os governos e aparentemente as mentalidades; na realidade, tudo permaneceu igual graças à força da burocracia e ao fato de os grupos dirigentes estarem impregnados de “desenvolvimentismo”, doutrina que concede aos tecnoburocratas e não à sociedade a capacidade de decidir a realização de grandes investimentos em setores que a nova classe considera prioritários. Essa conjunção da doutrina desenvolvimentista com a estatização da propriedade e a intervenção na economia produz necessariamente déficit público, que é coberto por emissão de moeda, que gera inflação. Essa lei de ferro do populismo estatizante — estatização mais intervencionismo mais demagogia é igual a inflação — foi sempre vigente na Argentina a partir de 1946, quando Perón assume o governo, exceto no curto período em que Alsogaray e seus companheiros de idéias buscaram mudar o curso dos acontecimentos. O peso da burocracia, mais a falsa ilusão da demagogia distributivista produziram seus frutos — e para que se tenha pávida idéia do que seja o vigor dessas forças (a tecnoburocracia mais a demagogia distributivista) basta verificar que mesmo sob a direção de Martínez de Hoz, alegadamente liberal, o populismo estatizante se manteve como sistema econômico e social. Com os resultados conhecidos.

A similitude entre os casos argentino e brasileiro é flagrante — com a agravante de que no Brasil esse tipo de ação

intervencionista vem de mais longe, seja por cegueira de quantos buscaram amparo no Estado, seja por ação consciente do sr. Getúlio Vargas, desde 1930. Hoje, torna-se difícil mudar estruturas estabelecidas ao longo de mais de 50 anos, erguidas para coarctar a sociedade civil e impedir o desenvolvimento de forças realmente liberais. Em boa medida, a observação de Alsogaray com relação à Argentina aplica-se ao Brasil: de 1930 até agora, entrasse governo ou saísse governo, mandassem civis ou militares, a constante do processo foi sempre o populismo estatizante. Continuará sendo, é preciso convir, a menos que profunda reversão de mentalidades altere de tal forma a composição da classe política que homens que pensem diferentemente de Brizola ou Lula — ambos partidários das políticas consubstanciadas na expressão populismo estatizante — possam assumir a tarefa de conduzir os negócios do Estado.

Olhando com isenção o panorama político, que se pode vislumbrar? Se o sistema de governo aprovado finalmente pelo plenário da Assembléia Constituinte for o presidencialismo, será possível fazer que um autêntico liberal se eleja e mude o curso das coisas, enfrentando o peso da máquina burocrática e os constrangimentos de uma mentalidade assistencialista e paternalista? Se o sistema de governo finalmente aprovado for o parlamentarismo, haverá no Congresso quem se disponha a fazer idêntica tarefa, limpando as cavalariças d'Augias do antigo regime? E contará com o apoio dos membros da classe política para levar a cabo essa tarefa?

Na verdade, os liberais brasileiros têm diante de si ingente tarefa; se não se organizarem para combater o populismo estatizante (que conta com fortes apoios militares), o Brasil corre o risco de regredir — mais célere e violentamente do que a Argentina —, dadas as particularidades de sua formação histórica e de sua população.